



Defensoria Pública
BAHIA

Instituição essencial à Justiça

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

ATA DA 165ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

1 Aos 12 dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, às 09h e 00min, na sala de
2 Sessões do Conselho Superior da Defensoria Pública, situada na Av. Ulisses
3 Guimarães, nº 3.386, Ed. Multi Cab Empresarial, Sussuarana, 4º andar, sala 402, nesta
4 Capital, reuniu-se o Egrégio Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da
5 Bahia, sob a presidência do Dr. Clériston Cavalcante de Macêdo, Defensor Público
6 Geral, Dr. Rafson Saraiva Ximenes, Conselheiro Subdefensor Público Geral, Dra. Carla
7 Guenem da Fonseca Magalhães, Conselheira Corregedora Geral, Dra. Maria
8 Auxiliadora Santana Bispo Teixeira, Conselheira Titular, Dra. Mônica de Paula Oliveira
9 Pires de Aragão, Conselheira Titular, Dr. Gil Braga de Castro Silva, Conselheiro Titular,
10 Dr. Juarez Angelin Martins, Conselheiro Titular e Dr. Robson Freitas de Moura Júnior,
11 Conselheiro Titular. Presentes, ainda, Dra. Ariana de Sousa Silva Wanderley,
12 Presidente da ADEP/BA, e a Sra. Ouvidora Geral, Sra. Tânia Maria Gonçalves Palma
13 Santana. Verificada a existência de quórum, o Presidente do CSDPE agradeceu a
14 presença de todos e declarou aberta a sessão. **Item 01** – Aprovação da Ata da 114ª
15 Sessão Ordinária. **Deliberação:** Não aprovada em razão da ausência dos
16 agradecimentos do Conselheiros, na íntegra, no ponto ‘O que ocorrer’. A Secretaria do
17 CSDPE providenciará a inclusão como solicitado, após nova oitiva do áudio. **Item 02** -
18 Apresentação do Projeto de Mudança da Lei Orgânica. Concedida a palavra, a
19 Presidente da ADEP aduziu ter o dever e a obrigação de insistir na questão do prazo
20 para que a Classe tenha conhecimento do projeto que foi estudado, analisado e
21 decidido pelo GTI, pois a classe tem sugestões a oferecer. Ressaltou que colegas já
22 enviaram algumas sugestões, mas não teve tempo de analisar todas. Consignou que o
23 pedido tem sido feito de forma reiterada, desde o início do GTI, no sentido de ser
24 aberto esse espaço e que o Presidente do CSDPE, na sessão do dia 04/05/2015, após
25 requerimento de prazo, respondeu em ata que daria o tempo hábil para que o material
26 fosse enviado para classe, para que esta pudesse se debruçar e analisar o que quer
27 para a Lei 26. Pelo que leu da ata, entendeu que o pleito foi deferido, contudo não
28 houve esse tempo hábil, pois não faz nem cinco dias que foi enviada a proposta
29 finalizada para a ADEP. Ressaltou que a proposta foi encaminhada no dia 05/05/2015,
30 terça-feira, por volta das 15:31, e, que a mesma não foi disponibilizada para a Classe
31 no fim da tarde do dia seguinte porquê tem conhecimento que os Defensores não
32 abrem e-mail no final do dia. Aduziu que no dia 07/05/2015, quinta-feira, foi enviado
33 para a classe, logo os Defensores tiveram apenas dois dias úteis para analisar a lei e
34 encaminhar sugestões, tendo recebido sugestões no domingo à noite para a sessão do
35 dia seguinte. Consignou que por esse motivo reitera seu pedido, pois a classe precisa
36 ter conhecimento do projeto discutido na GTI e, como Presidente da Associação, tem a
37 obrigação de estar reforçando o pleito em cada momento e instante que tenha
38 oportunidade de fazê-lo, e, que assim procede no momento, para deixar claro que a
39 ADEP fez todos os requerimentos possíveis para que esse prazo se concretizasse.
40 Aduziu que, todavia, não tendo havido o deferimento do pedido da Associação, requer
41 a suspensão da presente sessão para que haja o prazo para a classe ter conhecimento
42 da proposta. Informou ter marcado uma GE para o dia 20/05/2015, em cumprimento ao
43 prazo do estatuto, e que, inclusive, colocou a data após a semana do Defensor para
44 que não haja prejuízo às atividades. Dessa forma acredita a classe poderá debater o



Defensoria Pública
BAHIA

Instituição essencial à Justiça

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

ATA DA 165ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

45 projeto com tranquilidade, tendo conhecimento e debatendo efetivamente todos os
46 pontos que afetam a vida na Instituição. Consignou que esse é o seu pedido. O
47 Presidente do CSDPE consignou que as pessoas precisam ter responsabilidade com
48 as palavras. Aduziu que a Presidente da ADEP fala que mais uma vez vem solicitar a
49 suspensão da análise do anteprojeto, e, parte do pressuposto de que a Classe não
50 teve conhecimento, mas já falou para a mesma que, infelizmente, não pode fazer muita
51 coisa, tendo em vista que a ADEP fez parte do GTI. Ademais houve um período longo
52 em que a Presidente da Associação poderia ter passado o conteúdo para a classe,
53 durante a discussão que acontecia na GTI, mas não o fez. Entretanto a Associação
54 agora quer que a Defensoria Pública Geral disponibilize prazo razoável, mas não diz
55 qual é esse prazo e que o mesmo, enquanto Presidente do CSDPE não sabe o que
56 significa prazo razoável para a Presidente da Associação. Ressaltou que o pleito foi
57 discutido no Conselho e os membros decidiram que estavam prontos para analisar o
58 anteprojeto oriundo do GTI. Sendo assim, por decisão unânime dos Conselheiros, ficou
59 acertado que haveria duas sessões extraordinárias, cabendo ao Presidente do CSDPE
60 apenas dar cumprimento àquilo que foi decidido pelo Colegiado, logo quer que fique
61 registrado que não foi uma decisão do Presidente do Conselho, mas do colegiado.
62 Aduziu que a Presidente da ADEP oficiou o DPG, já tendo, entretanto, conhecimento
63 da deliberação do Conselho, por unanimidade, na sessão ordinária do dia 04/05/2015,
64 quando o requerimento para apreciação do anteprojeto partiu da Conselheira Mônica
65 de Paula Oliveira Pires de Aragão e todos os demais Conselheiros presentes
66 aprovaram, conforme consta na ata. A Conselheira Maria Auxiliadora Santana Bispo
67 Teixeira, questionou se há prejuízo na realização da presente sessão, com a posterior
68 reunião da ADEP. Aduziu acreditar que a suspensão da presente sessão teria que ser
69 resolvida antes, não neste momento. O Presidente do CSDPE informou à Presidente
70 da Associação os números da folha e da linha onde consta na ata da 114ª sessão
71 ordinária a decisão dos Conselheiros, por unanimidade. O Presidente do CSDPE
72 aduziu que quer deixar tudo bem claro para que não fique constando em ata que a
73 Presidente da ADEP requereu prazo supostamente não concedido pelo Presidente do
74 CSDPE ou que fique, ainda, nos anais deste Conselho, que houve decisão totalitária e
75 antidemocrática. Aduziu querer deixar claro que não tem nenhum tipo de problema em
76 ficar discutindo a lei, até porque é algo que vai mexer na vida das pessoas, mas
77 ressaltou que precisam aprender a trabalhar com prazo. Consignou que a ADEP fez
78 parte do GTI e que a ideia da Presidente da Associação de mandar o anteprojeto para
79 classe, para depois voltar ao GTI e só então ir para o CSDPE, é contraproducente,
80 porque se fosse para ficar indo e voltando, não teria feito o GTI para debater. Aduziu
81 não aceitar a justificativa de que a ADEP representou apenas 1/7 dos participantes do
82 GTI, como se houvesse voto vencido da Associação, pois consta em ata que cerca de
83 99% das decisões foram tomadas, por unanimidade, inclusive com a aprovação da
84 ADEP, que tinha representante e poderia ter dito que não concordava. Consignou que
85 precisam ter cuidado, pois é necessário colocar as coisas da forma que efetivamente
86 aconteceram. Ressaltou que não aceita determinadas insinuações e colocações, como
87 se houvesse direcionamento, com aprovação a toque de caixa, como se não houvesse
88 publicidade. Falou anteriormente e ratifica que se fosse para o mesmo convocar

[Handwritten signature] 2



**Defensoria Pública
BAHIA**

Instituição essencial à Justiça

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

ATA DA 165ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

89 diretamente a classe e dar conhecimento, teria feito isso, mas a partir do momento que
90 publicou a portaria criando GTI e que houve reunião, foi a a ADEP que optou por,
91 naquele momento, não encaminhar ou dar conhecimento do anteprojeto para classe.
92 Rememorou sua conduta enquanto membro da reforma da Lei 80, na ANADEP. Aduziu
93 que sempre que participava de alguma reunião pedia antecipadamente para a classe
94 sugestões que pudessem ser apresentadas durante a discussão. Consignou não
95 acreditar ser razoável participar de um grupo e, somente depois da participação,
96 apresentar as sugestões, para nova discussão e posterior retorno. Razoável é discutir à
97 medida que as coisas são realizadas, até porque as propostas poderão ser lançadas
98 durante a discussão. Aduziu que dessa forma ocorrerão dois momentos distintos de
99 discussão e que só realmente durante a discussão da ADEP irão perceber, mas que
100 isso é uma decisão da administração da Associação, pois foi aberta a possibilidade de
101 discussão na GTI, com o posterior encaminhamento para todos os Conselheiros, que
102 tiveram conhecimento ao mesmo tempo, por e-mail. Ressaltou que a ADEP já tinha
103 conhecimento prévio da matéria, vez que já tinha recebido o anteprojeto e participado
104 das discussões, deliberações, e, optou por não encaminhar para a classe, mas não
105 cabe ao mesmo questionar os motivos. Requereu que tudo fique registrado em ata,
106 pois daqui a alguns anos pode parecer, para quem não acompanhou a discussão, que
107 a ADEP em defesa da classe está querendo maior publicidade do anteprojeto e que o
108 pleito foi negado pelo DPG. Aduziu não aceitar certas colocações porque todas as
109 decisões foram tomadas pelo colegiado e a publicidade em nível de Administração foi
110 dada, mas a ADEP solicita um prazo maior e o Conselho pode deliberar de forma
111 diferente. Inclusive a Associação, na ocasião da reunião com a classe, pode deliberar
112 por um outro projeto e apresentar emendas, embora entenda que isso não seria
113 interessante. A Presidente da ADEP aduziu que deveria ser concedido mais tempo
114 para conhecimento do produto da GTI e que no ofício apontou o prazo de duas
115 semanas. Consignou que duas semanas a mais ou a menos não prejudicarão o
116 trabalho. O Presidente do CSDPE aduziu que colocará em votação, pois não suportará
117 sozinho esse ônus que a ADEP quer jogar sobre o DPG. Em seguida deixou claro que
118 no dia 18 de março do ano corrente, 16 dias após ter tomado posse, criou a GTI e
119 chamou a ADEP para participar do grupo, tendo a mesma se feito presente em todas
120 as reuniões. Aduziu que se houver atraso a classe é que será prejudicada. Ressaltou
121 que alguns pagamentos de substituição cumulativa estavam sendo efetivados de forma
122 ilegal pela administração passada e colegas que receberam indevidamente estão tento
123 que devolver, logo quando colocam a substituição cumulativa no anteprojeto é para
124 resolver o problema do colega que hoje está cumulando e não está recebendo.
125 Destacou que não tem problema de esperar duas semanas ou três meses, mas a
126 classe vai arcar com o ônus. Aduziu que o pleito será colocado em votação e, se a
127 maioria entender pela suspensão, será retirado de pauta, pois não irá mais encaminhar
128 antes do tempo que a Presidente da Associação entender suficiente. Consignou que a
129 ADEP está querendo colocar sob responsabilidade da Administração algo que foi
130 compartilhado desde 18 de março, sendo que hoje já é 12 de maio, e a ADEP teve todo
131 esse tempo para dar a publicidade para a classe. A Presidente da ADEP aduziu que o
132 projeto ainda não tinha sido finalizado. O Presidente do CSDPE aduziu não estar



**Defensoria Pública
BAHIA**

Instituição essencial à Justiça

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

ATA DA 165ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

133 falando de projeto, pois é claro que o projeto só é finalizado quando tem um fim.
134 Ressaltou que as propostas, hoje, estão sendo feitas não em um produto só, pois as
135 pessoas estão querendo apresentar propostas inovadoras em várias partes do produto,
136 opiniões que poderiam ter sido apresentadas no GTI, mas que não o foram porque não
137 foi dada publicidade para a classe nesses mais de dois meses. Aduziu que a ADEP
138 quer abrir o prazo para os colegas trazerem propostas quando já se passaram dois
139 meses para esse fim. A Conselheira Maria Auxiliadora Santana Bispo Teixeira
140 questionou se a ADEP poderia fazer a reunião e o Conselho posteriormente revisar. O
141 Conselheiro Subdefensor aduziu que o GTI foi criado em 18 de março com a
142 participação da ADEP. Questionou porque existiu a participação da ADEP e respondeu
143 em seguida que foi para a classe ser representada. Questionou então para que a
144 ADEP estria presente não fosse para a classe ser representada. Respondeu que quem
145 representa a classe até onde sabe é a ADEP. Ressaltou que a Associação poderia ter
146 colhido sugestões para elaborar a proposta, mas se colheu ou não foi opção da própria
147 ADEP enquanto representante da classe. Aduziu que durante o GTI, quando houve a
148 distribuição de partes da lei para cada participante, a ADEP poderia ter colhido
149 sugestões e se não colheu foi opção da mesma. Passado um mês do GTI a ADEP não
150 colheu propostas da classe. Em 5 de maio foi encaminhado o resultado final revisado,
151 por que o conteúdo a ADEP já tinha conhecimento uma semana antes, logo se não
152 quis trabalhar com ele e fazer sugestões foi opção da Associação. Consignou fazer
153 questão de dizer, pois a Presidente da ADEP se atrapalhou com as datas, que em 5 de
154 maio foi encaminhado o projeto para a ADEP e para os Conselheiros já revisado. No
155 dia 6 de maio a ADEP enviou e-mail para a classe falando sobre a reforma do Estatuto.
156 No dia 07 de maio enviou outro e-mail para a classe com o Informe da Semana.
157 Apenas no dia 8 de maio foi enviado convocação para a assembleia e o projeto, então
158 mesmo depois do recebimento, a ADEP não encaminhou de imediato, no dia seguinte
159 ou dois dias depois para a classe. Sendo assim, o tempo inteiro a Associação teve
160 acesso e participou de tudo, pelo que não acha justo ou razoável privar esse Conselho
161 de participar da discussão sob a alegação de que a classe não teve conhecimento.
162 Aduziu que desse modo perde o sentido e seria melhor fazer como antes, quando se
163 escolhia secretamente que faria a proposta e apresentava. Não teria porque ter
164 colocado a participação da ADEP. A Presidente da Associação aduziu que
165 historicamente as alterações são discutidas com a classe. A Conselheira Mônica de
166 Paula Oliveira Pires de Aragão pontuou sobre o pleito prejudicial da ADEP. Aduziu ter
167 sido vice-presidente da Associação por dois mandatos, primeiramente eleita pela
168 classe, e no segundo mandato em substituição à Dra. Laura Fabíola Amaral Fagury,
169 como primeira suplente e, posteriormente, quando a colega deixou o cargo. Consignou
170 ter sido eleitora da atual Presidente da ADEP e ter votado na mesma com toda a sua
171 convicção, mas acredita estar existindo um equívoco por parte da mesma. Ressaltou
172 que historicamente ocorreu a elaboração da Lei Complementar em 2006, quando Dra.
173 Hélia Barbosa era DPG e que na época eram vinculados à Secretaria de Justiça, de
174 modo que a lei foi discutida com o Governo. Rememorou que na ocasião a proposta
175 não foi passada para a classe, mas apenas encaminhada ao Gabinete, pois não tinham
176 iniciativa de lei na época. No entanto a ADEP, sob a presidência de Dra. Tereza

4



Defensoria Pública
BAHIA

Instituição essencial à Justiça

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA


ATA DA 165ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

177 Cristina Almeida Ferreira, fez um esforço concentrado e convocou os colegas para em
178 dois dias, mais precisamente um fim de semana, analisarem a proposta. Aduziu que
179 ficaram no antigo Hotel da Bahia e a Associação, mesmo com poucos recursos, alugou
180 um auditório, forneceu coffee break, e então passaram à análise da proposta, sempre
181 iniciando pela manhã e entrando pela madrugada. Que Dra. Laura Fabíola Amaral
182 Fagury, presente nesta sessão, não a deixa mentir. Ressaltou que em dois dias
183 estudaram a lei inteira, uma lei nova, e que no momento não estão falando de uma lei
184 nova, mas apenas de uma atualização. Consignou tratar-se tão-somente da adequação
185 da LC 26 à LC 80, após as alterações trazidas pela Lei 132 e pela EC 80. Aduziu ser
186 apenas isso e, é claro, que irão aproveitar o momento para inovar no que puderem, em
187 direitos e melhorias, mas não é uma lei nova e a classe tem que estar ciente. Entende
188 que a alteração foi tímida e poderiam avançar muito mais, mas compreender o
189 momento político, a prudência e a coerência no que está sendo alterado. Ressaltou
190 que a lei tem 9 anos e que todos os colegas que entraram no concurso após 2006 tem
191 que conhecê-la, como já dito pela Conselheira Maria Auxiliadora Santana Bispo
192 Teixeira. Consignou que o DPG cumprindo compromisso de campanha e de gestão
193 convocou o GTI e colocou representantes de todas as classes, da Corregedoria e da
194 ADEP para compor o Grupo, logo se sente mais do que representada pela Associação,
195 pela Corregedoria e pelos colegas das outras classes. Aduziu que os Defensores não
196 têm o hábito de ler o Diário Oficial, e se inclui nessa crítica, porque se tivessem, a partir
197 do momento que vissem no D.O. a criação do GTI, com a participação da ADEP,
198 poderiam ter tido a postura de ligar para a Presidente da Associação ou enviar e-mails
199 encaminhando propostas. Acredita também que faltou o envio de um e-mail pela
200 ADEP, informando aos colegas do início das discussões e orientando para que os
201 Defensores enviassem sugestões. Ressaltou que é isso que faz a luta associativa
202 crescer e que estão aqui para acertar e errar, sendo necessário ouvir os erros. Pediu
203 perdão, mas aduziu que não irá compactuar com essa ideia de qualquer possível
204 mácula ou crítica no sentido de que a gestão foi antidemocrática. Relembrou que,
205 quando entraram no CSDPE, foram surpreendidos com o encaminhamento do Planos
206 de Cargos e Salários sem passar pela atual formação do Conselho, sob a alegação de
207 que já havia sido submetido à formação anterior. Ocorre que tiveram conhecimento de
208 que o referido Plano foi todo alterado quando já estava na Assembleia Legislativa.
209 Ressaltou que o ocorrido não tem justificativa, pois, atualmente, possuem iniciativa de
210 lei, bem como a exigência de que proposta passe pelo crivo do CSDPE, órgão máximo
211 da Instituição. Que tal exigência está sendo obedecida neste momento. Aduziu que a
212 proposta apresentada no momento é uma atualização e que desde o início deveria ter
213 sido feito esse trabalho de divulgação pela ADEP. Que se não foi feito no início, deveria
214 ter sido encaminhado logo no dia 05. Ressaltou que se os colegas não lêem os e-mails
215 à noite, paciência. Consignou que lê seus e-mails de madrugada e que, enquanto
216 Conselheira, recebeu sugestões das Defensoras Cynara Peixoto Fernandes Isensee e
217 Laura Fabíola Amaral Fagury, assim como de outros colegas, no sábado e domingo, e
218 passou o fim de semana estudando as alterações propostas. Aduziu que não podem
219 exigir de todos os colegas que tenham essa postura, o que precisam fazer é franquear
220 o espaço. Ressaltou que o espaço foi mais do que dado e está sendo redobrada a

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

ATA DA 165ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

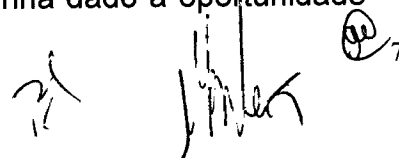
221 representação da classe, na medida que estão presentes cinco Conselheiros eleitos
222 para o CSDPE, além do DPG que também foi eleito. Aduziu ser essa a sua opinião e
223 tem que ser posta. Que realmente insistiu na convocação da sessão extraordinária e os
224 colegas aceitaram, à unanimidade, para que fizessem um esforço concentrado,
225 deixando um grande legado dessa formação do Conselho. Consignou que uma vez
226 finda a apreciação do anteprojeto, se conseguirem terminar nesta data, o que não sabe
227 se será possível, nada impede a realização da assembleia. Que achou válida a
228 convocação da AGE pela Associação e que todas as proposições poderão ser dirigidas
229 posteriormente e diretamente ao DPG, que fará o juízo de valor, pois é uma escolha
230 política, e poderá optar por encaminhar para a Assembleia Legislativa o projeto
231 aprovado pelo Conselho, com as sugestões recebidas. Ressaltou que o anteprojeto
232 passará ainda por todas as comissões, sendo necessário que avancem. A Presidente
233 da ADEP aduziu que, independente do encaminhamento para a classe ter ocorrido na
234 segunda, terça ou quarta, é exíguo o tempo até a sessão agendada para a segunda-
235 feira. Considera pouco tempo para a classe ter conhecimento de um projeto inteiro, um
236 projeto extenso, pois acredita ter sido uma reforma extensa. Aduziu que não foi uma
237 reforma pontual e demandou bastante tempo do GTI, logo é preciso tempo razoável
238 para apreciação, não uma semana. Ressaltou ter pedido duas semanas no ofício, para
239 tentar dar conhecimento à classe sobre o projeto. O Conselheiro Gil Braga de Castro
240 Silva aduziu que é melhor colocar o pleito em votação para deliberação do Pleno. O
241 Presidente do CSDPE aduziu que colocará em votação e que a decisão será do Pleno,
242 portanto compartilhada. Consignou que não tomará nenhuma atitude de forma
243 unilateral, até porque não é do seu feitio. Ressaltou que Dra. Ariana de Sousa Silva
244 Wanderley, enquanto representante da classe, trouxe em sua fala a informação de que
245 só teve dois dias. Aduziu, entretanto, que o prazo de dois dias não se deu apenas para
246 a classe, mas para todos os Conselheiros, pois tiveram conhecimento no mesmo
247 período. A Conselheira Mônica de Paula Oliveira Pires de Aragão e o Conselheiro
248 Subdefensor consignaram que não foram apenas dois dias, mas sete dias. O
249 Presidente do CSDPE ressaltou que o material foi enviado na terça-feira da semana
250 anterior e a ADEP somente encaminhou à classe na quinta-feira, embora tenha
251 enviado e-mail anterior falando sobre o estatuto que não foi modificado. Aduziu não
252 querer entrar no mérito, mas questionou o que seria mais importante, se falar do
253 estatuto que não foi modificado ou do projeto de lei que seria debatido no Conselho.
254 Consignou que a ADEP tomou uma decisão quando não deu a prioridade que deveria
255 ser dada e optou por jogar para o Conselho e para o DPG uma responsabilidade que
256 não lhes cabe. Ressaltou que se a ADEP não enviou o material à classe assim que
257 recebeu, optando por encaminhar apenas dois dias depois, é ônus da Associação, que
258 não pode ser imputado ao DPG e ao Conselho. Aduziu que a Presidente da ADEP
259 deliberou, através da diretoria, que seria mais importante mandar um e-mail para a
260 classe falando de um estatuto que não foi modificado, quando os Defensores deveriam
261 já ter ciência, com a devida antecedência, que havia um produto do GTI. Ressaltou que
262 o anteprojeto do GTI foi enviado na terça-feira para todos os Conselheiros, inclusive os
263 suplentes, e que se a ADEP não encaminhou para a classe, foi uma decisão política da
264 mesma, não cabendo ao DPG questionar. Aduziu que lhe cabe questionar apenas o

127  6

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

ATA DA 165ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

265 fato de não ser deste Conselho a responsabilidade da ADEP ter deixado o envio à
266 classe para dois ou três dias após o recebimento. A Associação não deu conhecimento
267 aos Defensores no momento que recebeu o anteprojeto porque não quis e não cabe ao
268 Presidente do CSDPE questionar a opção que a ADEP fez. Se o tempo foi exíguo, foi
269 para todo mundo, pois foi o mesmo tempo que os Conselheiros tiveram e passaram o
270 fim de semana estudando. Rememorou que também passou o fim de semana
271 estudando e não há muita modificação, pois, a grande parte do produto do GTI é de
272 norma de repetição obrigatória da LC 80 e da LC 132. Consignou que viveram nos
273 anos anteriores a aplicação em determinados momentos da LC 26, em alguns
274 momentos da LC 132, em alguns outros momentos da LC 80. Ressaltou que em outros
275 tantos momentos não se aplicava nada e ficava por isso mesmo, logo a alteração é
276 necessária para ter tranquilidade de gerir a Instituição, com uma norma que dê
277 segurança para a gestão e para os Defensores, evitando que permaneçam na
278 instabilidade dos questionamentos sobre qual interpretação o Conselho dará acerca da
279 remoção ou o entendimento sobre antiguidade, pois viveram durante dois anos
280 decisões casuístas e não quer passar por isso, mas se a classe quiser passar por isso
281 não tem problema. Consignou que irá passar o período dos dois anos que se seguem,
282 agora 22 meses de gestão, de modo que irá encaminhar o anteprojeto quando a ADEP
283 achar que deve ser discutido. Aduziu que irá colocar o pleito para deliberação do
284 colegiado e a decisão terá que ser aceita. Consignou que a ADEP fará a assembleia e
285 os colegas irão colocar as propostas. Posteriormente a Presidente da Associação irá
286 apresentar as propostas para o Conselho e quando o Presidente do CSDPE tiver
287 condição irá colocar em pauta. Esclareceu que haverá eleição para Corregedor Geral
288 na próxima sessão e, em seguida, a posse dos novos Defensores no dia 01/06/2015.
289 Informou que o Conselho já tem uma pauta prévia para os meses de maio e junho e
290 que após esse período já terão transcorrido um ano e meio de gestão. Pessoalmente,
291 aceita a sugestão da ADEP de suspensão de apreciação da matéria por tempo
292 indeterminado, por duas semanas ou pelo tempo que for necessário. Consignou que
293 colocará, então, em votação para que os Conselheiros deliberem a proposta da
294 Associação. Em seguida, foi concedida a palavra à Defensora Pública Laura Fabíola
295 Amaral Fagury, que agradeceu a oportunidade de poder falar na sessão e dedicou a
296 cada um dos Conselheiros que estão deixando o mandato o seu respeito e sua
297 gratidão, especialmente à conselheira Maria Auxiliadora Santana Bispo Teixeira.
298 Aduziu que, infelizmente, concorda com a postura do Presidente do CSDPE em relação
299 ao pleito, tendo em vista que a ADEP participou do GTI e lhe causou surpresa os
300 Defensores não tomarem conhecimento da situação. Consignou que não podem perder
301 a oportunidade de honrar essa formação do Conselho que está deixando o mandato
302 hoje por culpa de um vacilo ou decisão incorreta da Associação. Ressaltou que
303 precisam prosseguir, pois a Defensoria e os Defensores precisam avançar em alguns
304 pontos como auxílio moradia, substituição automática e substituição cumulativa. Aduziu
305 que quando viu o e-mail da Presidente da ADEP ficou preocupada e isso motivou seu
306 estudo durante a madrugada, com o posterior envio de um e-mail para os nobres
307 Conselheiros e não para a classe, porque percebia que não teriam tempo de fazer uma
308 assembleia dia 20, tendo em vista que o formato do GTI já tinha dado a oportunidade





**Defensoria Pública
BAHIA**

Instituição essencial à Justiça

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

ATA DA 165ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

309 da classe discutir. Espera que os nobres Conselheiros aproveitem suas sugestões
310 sobre as cotas e se despede com dor no coração, mas, infelizmente, acredita que o
311 Conselho deve votar. A Conselheira Maria Auxiliadora Santana Bispo Teixeira aduziu
312 ter recebido um telefonema do Conselheiro Subdefensor, quando o mesmo solicitou
313 que a Conselheira realizasse uma votação no Tribunal para escolha de um
314 representante da Instância Superior, para participar do GTI. Imediatamente colocou
315 para os Defensores a votação e Dr. Jânio Candido Simões Neri foi escolhido quase por
316 unanimidade. Desse modo, se sente perfeitamente representada e tem certeza que o
317 que Dr. Dr. Jânio Candido Simões Neri colocou e defendeu no GTI são os anseios da
318 Instância Superior. Ressaltou que se sente representada na GTI porque, além da
319 ADEP, teve a participação de um membro da Instância Superior escolhido de forma
320 democrática. O Presidente do CSDPE aduziu acreditar que estão avançando e que
321 isso realmente demanda um pouco de debate, porque mexe com a vida de cada
322 Defensor. Aduziu ficar parecendo, embora saiba que não é a intenção de Dra. Ariana
323 de Sousa Silva Wanderley, que houve um entendimento deliberado com algum tipo de
324 proposta legislativa para prejudicar a classe, o que não procede, pois todos são
325 Defensores Públicos. Consignou que todas as deliberações propostas pela ADEP no
326 GTI foram aceitas e as que não foram aceitas nem cabe colocar, como o exemplo, já
327 citado pela Ouvidora Geral, da proposta de tirar o assento da Ouvidora do Conselho,
328 assento esse previsto na LC 132. A Presidente da ADEP aduziu que não propôs isso.
329 O Presidente do CSDPE e o Conselheiro Robson Freitas de Moura Júnior confirmaram
330 que foi a ADEP que propôs. O Conselheiro Subdefensor aduziu que cabe esclarecer o
331 ocorrido, por questão de justiça, e que não foi exatamente isso que aconteceu.
332 Esclareceu que a LC 80 já prevê a Ouvidoria como parte do Conselho, mas a LC 26
333 não prevê. Ressaltou que a ADEP não fez proposta para a Ouvidoria não ter assento
334 no Conselho, mas sim uma proposta de modificação de quem sentaria no CSDPE e
335 nessa sugestão incluiu outras pessoas, mas não a Ouvidoria. Aduziu querer deixar
336 claro que não houve uma proposta da ADEP dizendo diretamente que não queria que a
337 Ouvidoria ocupasse assento no Conselho. O Presidente do CSDPE esclareceu que
338 apenas reproduziu a fala da Ouvidora Geral. Aberta a votação, os Conselheiros Carla
339 Guenem da Fonseca Magalhães, Gil Braga de Castro Silva, Juarez Angelin Martins,
340 Maria Auxiliadora Santana Bispo Teixeira, Mônica de Paula Oliveira Pires de Aragão,
341 Rafson Saraiva Ximenes e Robson Freitas de Moura Júnior votaram pela continuidade
342 da sessão e apreciação do presente ponto de pauta. O Presidente do CSPE aduziu
343 ficar preocupado com o que virá depois dessa decisão, assim como com a fala que
344 será externada na Assembleia Legislativa. Aduziu que se algum ponto não for
345 deliberado na sessão ou alguma proposta não for aceita, certamente a classe irá para a
346 Assembleia Legislativa. Sendo assim, pede que tenham cuidado com a forma que irão
347 se colocar, com afirmações de que não houve tempo ou que houve decisão autoritária.
348 Consignou querer deixar claro que a decisão foi compartilhada e democrática, e está
349 sendo tomada pelo Conselho com bastante responsabilidade, porque isso irá expor a
350 Instituição no núcleo legislativo. Ressaltou que precisam ter certo cuidado com a forma
351 como a ADEP irá se posicionar quando o projeto estiver na ALBA, pois quem já viveu
352 em Assembleia Legislativa, como o mesmo e alguns colegas presentes, sabe que há



**Defensoria Pública
BAHIA**

Instituição essencial à Justiça

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

ATA DA 165ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

353 formas e formas de se colocar. Aduziu que se chegarem na Assembleia com o discurso
354 de que a classe só teve dois dias para analisar o anteprojeto, terá que dizer que
355 infelizmente não é bem dessa forma. Então solicita um cuidado na forma que será
356 colocada a questão na ALBA. A Presidente da ADEP aduziu que o que se discute
357 internamente, permanece dessa forma e que quem fala pela classe é a mesma. O
358 Presidente do CSDPE aduziu que não depende apenas da Presidente da Associação,
359 pois a colega não pode ser responsável pela fala dos outros Defensores. Consignou
360 que gostaria que na Assembleia a Presidente da ADEP informasse que foi uma decisão
361 do colegiado, por unanimidade, e que não foi uma decisão, de forma alguma,
362 antidemocrática. Aduziu achar interessante que algumas coisas corporativas da classe
363 sejam conquistadas na Assembleia e até que seja feita uma emenda para incluir, mas
364 ressaltou tratar-se do encaminhamento de um anteprojeto de lei pelo DPG e que já foi
365 debatido no Conselho. Consignou que algumas poucas coisas, estrategicamente, não
366 irão fazer parte do anteprojeto, mas ressaltou a importância de outras matérias serem
367 debatidas na ALBA. Sua preocupação é apenas com a forma de falar de certos
368 assuntos fora da Instituição, para que não fiquem expostos. Aduziu, então, ter voltado
369 atrás no seu entendimento e ter sido convencido pelos colegas a manter a sessão.
370 Logo, por unanimidade, darão continuidade à sessão na forma que foi proposta pelos
371 Conselheiros. Esclareceu que os artigos que tratam de repetição obrigatória serão
372 mantidos e assuntos que tem algum tipo de divergência serão debatidos, para que
373 cheguem à melhor redação. Em seguida, passou a palavra ao Conselheiro
374 Subdefensor para conduzir o trabalho. Aberta, então, a discussão, foram debatidos os
375 artigos do anteprojeto, inclusive com a apreciação das propostas encaminhadas pelos
376 Defensores Públicos. O anteprojeto foi aprovado em maior parte, à unanimidade, com
377 exceção dos seguintes pontos que foram submetidos à votação: Art. 6º, II: A Presidente
378 da ADEP apresentou proposta encaminhada por Defensor Público pertinente ao
379 referido artigo e requereu que fique registrado em ata a justificativa da proposta trazida,
380 que é a necessidade de se ultrapassar a Súmula 421, do STJ e compatibilização com o
381 artigo 4º, XXI, da LC 80, não sendo suficiente a expressão da parte final, exceto com
382 relação às pessoas jurídicas de direito público da administração direta e indireta,
383 constantes na redação original. Realizadas as alterações solicitadas, nos termos do
384 arquivo anexo. Art. 31: Voto divergente do Conselheiro Robson Freitas de Moura Júnior
385 no que tange à alteração do artigo, por entender que deve permanecer apenas a
386 expressão 'Conselho', sem a inclusão da nomenclatura 'Colégio' no texto. Art. 36:
387 Votos divergentes dos Conselheiros Robson Freitas de Moura Júnior, Juarez Angelin
388 Martins e do Presidente do CSDPE para retirar a exigência da idade, mantendo apenas
389 a estabilidade. Art. 40: Voto vencido da Conselheira Mônica de Paula Oliveira Pires de
390 Aragão, sendo mantido o texto sem a inclusão do termo 'preferencialmente'. Art. 47:
391 Voto vencido da Conselheira Mônica de Paula Oliveira Pires de Aragão, em relação à
392 proposta do Conselho aprovar por maioria simples qualquer descentralização e/ou
393 remanejamentos na execução orçamentária decorrente do orçamento aprovado pelo
394 CSDPE. Art. 50, alínea 'a': Votos dos Conselheiros Carla Guenem da Fonseca
395 Magalhães, Gil Braga de Castro Silva e Mônica de Paula Oliveira Pires de Aragão, pela
396 alteração do prazo para envio do relatório pelo DPG; votos dos Conselheiros Clériston

9



**Defensoria Pública
BAHIA**

Instituição essencial à Justiça

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

ATA DA 165ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

397 Cavalcante de Macêdo, Juarez Angelin Martins, Maria Auxiliadora Santana Bispo
398 Teixeira, Rafson Saraiva Ximenes e Robson Freitas de Moura Júnior pela manutenção
399 do prazo - (5x3). Art. 51: Votos dos Conselheiros Juarez Angelin Martins, Robson
400 Freitas de Moura Júnior, Clériston Cavalcante de Macêdo na proposta da ADEP
401 (exigência apenas da estabilidade); votos dos Conselheiros Carla Guenem da Fonseca
402 Magalhães, Gil Braga de Castro Silva, Mônica de Paula Oliveira Pires de Aragão,
403 Rafson Saraiva Ximenes, Maria Auxiliadora Santana Bispo Teixeira na proposta do GTI
404 (exigência da estabilidade e duas últimas classes) – (3x5). Art. 50, alínea 'b': Votos dos
405 Conselheiros Carla Guenem da Fonseca Magalhães, Maria Auxiliadora Santana Bispo
406 Teixeira, Mônica de Paula Oliveira Pires de Aragão na proposta do GTI (acréscimo da
407 estabilidade); votos dos Conselheiros Gil Braga de Castro Silva, Juarez Angelin
408 Martins, Robson Freitas de Moura Júnior, Rafson Saraiva Ximenes, Clériston
409 Cavalcante de Macêdo na proposta que prevê apenas estabilidade – (3x5). O
410 Presidente do CSDPE, com a anuência de todos os Conselheiros presentes,
411 determinou que a sessão seja suspensa entre 12:30 e 13:45, para almoço. Cerca de 40
412 minutos após o início da sessão, a Conselheira Mônica de Paula Oliveira Pires de
413 Aragão adentrou na sessão e solicitou que retornassem à apreciação dos artigos
414 antecedentes. O Conselheiro Subdefensor aduziu que já estarem apreciando o art. 63
415 e que a Conselheira chegou à sessão com 40 minutos de atraso. A Conselheira Mônica
416 de Paula Oliveira Pires de Aragão solicitou que conste em ata que não participou da
417 votação dos artigos antecedentes, pelo que pediu para que voltassem à apreciação dos
418 últimos cinco artigos. Consignou sua observação referente aos seguintes artigos: Art.
419 52 - acredita que deve continuar o mandato e permitir apenas uma recondução; Art. 55,
420 §1º - entende que se for passado 2/3 do mandato, o Subcorregedor, o que for mais
421 antigo, deveria assumir para terminar o mandato, à semelhança do DPG; Art. 57 – no
422 tocante às Coordenações Regionais, deveriam ser mantidas 'as duas últimas classes',
423 pois só mantiveram 'estáveis'. Dado prosseguimento à sessão, os seguintes pontos
424 que foram submetidos à votação: Art. 63: Votos dos Conselheiros Carla Guenem da
425 Fonseca Magalhães, Gil Braga de Castro Silva, Juarez Angelin Martins, Mônica de
426 Paula Oliveira Pires de Aragão, Maria Auxiliadora Santana Bispo Teixeira pela
427 alteração da nomenclatura de Subcoordenador para Coordenador; votos dos
428 Conselheiros Robson Freitas de Moura Júnior e Rafson Saraiva Ximenes no sentido de
429 manter a proposta do GTI. (5x2). Art. 75, XX: votaram os Conselheiros Carla Guenem
430 da Fonseca Magalhães, Gil Braga de Castro Silva, Juarez Angelin Martins e Mônica de
431 Paula Oliveira Pires de Aragão pela proposta que exclui a confirmação na carreira e
432 encaminha para a Corregedoria; votaram os Conselheiros Maria Auxiliadora Santana
433 Bispo Teixeira e Robson Freitas de Moura Júnior pela retirada; votaram os
434 Conselheiros Rafson Saraiva Ximenes e Clériston Cavalcante de Macêdo pela
435 manutenção do texto. Art. 77: Voto divergente do Conselheiro Robson Freitas de Moura
436 Júnior na proposta de retirar a expressão 'quadro ativo e inativo'. O Presidente do
437 CSDPE se despediu dos presentes, em razão de viagem institucional à Brasília.
438 Informou que não estará presente na posse do CSDPE agendada para o dia seguinte,
439 mas que o Conselheiro Subdefensor dará posse aos Conselheiros em seu lugar.
440 Agradeceu muito à Ouvidora Geral e aduziu que acabou de assinar a exoneração do

10

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

ATA DA 165ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

441 cargo e o ofício devolvendo-a à Prefeitura de Salvador. Aduziu ter certeza que a
442 mesma será uma profissional diferenciada depois de ter passado pela DPE e que será
443 uma defensora da Instituição. Desejou boa sorte e disse ter aprendido muito com a
444 mesma, com sua forma discreta de trabalhar, ao contrário de outras Ouvidoras que
445 faziam estardalhaço. Ressaltou que tiveram vários embates sem, entretanto, faltarem
446 com o respeito. Agradeceu aos colegas Conselheiros e aduziu que o aprendizado que
447 teve no Conselho foi o que lhe deu mais ânimo para concorrer ao cargo que hoje
448 ocupa. Consignou que foi com muita alegria que fez questão de, com menos de 15 dias
449 de gestão, criar o GTI, pois precisava que a atual formação do Conselho deixasse sua
450 marca como ocorreu no dia anterior, quando aprovou o plano de gestão. Aduziu que
451 irão se encontrar no dia 19, ocasião em que serão passadas para os novos
452 Conselheiros as vestes talares. Consignou já ter solicitado vestes novas vestes e
453 equipamento de filmagem, para que as sessões sejam transmitidas ao vivo na
454 formação do próximo Conselho. Informou que está indo para Brasília buscar uma van
455 para ser utilizada no trabalho com a população de rua. Reiterou que no dia 19 estará
456 presente na sessão solene, onde estarão comemorando o dia da Defensoria, pois são
457 todos sobreviventes, e essa lei trará isso, independente de classe ou grau são
458 Defensores Públicos e têm que ser diferentes, para melhor. Pediu desculpas pelas
459 considerações à ADEP no início da sessão. A Conselheira Mônica de Paula Oliveira
460 Pires de Aragão justificou sua ausência na última sessão extraordinária, em razão de
461 ter anotado equivocadamente que a sessão seria às 14h e de fato compareceu nesse
462 horário. Aduziu que o plano de gestão foi muito pedido desde a gestão anterior e que
463 manteve o pedido nesta gestão, com a apresentação pelo atual DPG. Consignou já ter
464 lido o plano de gestão, pelo que gostaria de parabenizar pelo trabalho realizado. Sob a
465 presidência do Conselheiro Subdefensor, deu-se continuidade à sessão. Art. 92, §5º:
466 Votos dos Conselheiros Carla Guenem da Fonseca Magalhães, Gil Braga de Castro
467 Silva, Juarez Angelin Martins e Mônica de Paula Oliveira Pires de Aragão na proposta
468 de retirar a expressão "mínimo"; Votos dos Conselheiros Maria Auxiliadora Santana
469 Bispo Teixeira e Rafson Saraiva Ximenes na manutenção da proposta do GTI; voto do
470 Conselheiro Robson Freitas de Moura Júnior no sentido de tirar o percentual e
471 remeter ao estatuto. Art. 100, §6º: os Conselheiros Gil Braga de Castro Silva, Juarez
472 Angelin Martins, Mônica de Paula Oliveira Pires de Aragão, Maria Auxiliadora Santana
473 Bispo Teixeira, Robson Freitas de Moura Júnior votaram pela proposta de retirar o
474 parágrafo; votos dos Conselheiros Carla Guenem da Fonseca Magalhães e Rafson
475 Saraiva Ximenes pela manutenção. Art. 104: Votos dos Conselheiros Carla Guenem da
476 Fonseca Magalhães, Gil Braga de Castro Silva, Juarez Angelin Martins, Mônica de
477 Paula Oliveira Pires de Aragão, Maria Auxiliadora Santana Bispo Teixeira; Robson
478 Freitas de Moura Júnior pela retirada do parágrafo único; voto do Conselheiro Rafson
479 Saraiva Ximenes pela manutenção. Votaram pela suspensão da sessão os
480 Conselheiros Carla Guenem da Fonseca Magalhães, Gil Braga de Castro Silva, Juarez
481 Angelin Martins, Maria Auxiliadora Santana Bispo Teixeira, Rafson Saraiva Ximenes;
482 Mônica de Paula Oliveira Pires de Aragão e Robson Freitas de Moura Júnior pela
483 manutenção. O Conselheiro Subdefensor, tendo em vista o quanto deliberado,
484 encerrou a sessão e agradeceu a presença de todos os participantes, em especial dos

 11

